

## Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês

CNPJ nº 09.538.688/0001-32

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.787.588	10.344.608	Fornecedores	11	28.058.398	20.338.743
Recursos financeiros vinculados a projetos	5	61.518.892	37.567.078	Arrendamento a pagar	12	2.472.666	1.122.335
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	3.180.752	5.543.120	Obrigações trabalhistas	13	27.199.371	26.618.280
Estoques	7	7.492.205	6.740.559	Obrigações tributárias de terceiros	14	3.815.707	943.869
Créditos diversos	8	10.489.538	2.909.814	Outras contas a pagar - partes relacionadas	16	2.183.000	2.183.000
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>102.468.975</b>	<b>63.105.179</b>	Receita diferida		2.175.239	–
<b>Ativo não circulante</b>				Outras contas a pagar		1.889.564	1.036.089
Depósitos judiciais		505.553	467.821	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>67.793.945</b>	<b>52.242.316</b>
Imobilizado	10	36.095.724	29.104.094	<b>Passivo não circulante</b>			
Intangível	–	1.828.693	1.185.678	Provisão para demandas judiciais	15	3.420.645	6.350.313
Direito de Uso	9	8.606.877	4.896.429	Outras contas a pagar - partes relacionadas	16	15.196.879	16.330.098
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>47.036.847</b>	<b>35.654.022</b>	Arrendamento a pagar	12	6.493.807	3.890.924
				Receita diferida		6.621.204	–
				Subvenções de investimentos a realizar	17	4.446.277	5.111.622
				Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	18	28.594.098	20.990.867
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>64.772.910</b>	<b>52.673.824</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	19	–	–
				Déficits acumulados		(6.156.939)	(20.898.836)
				Superávit do exercício		23.095.906	14.741.896
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>16.938.967</b>	<b>(6.156.939)</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>149.505.822</b>	<b>98.759.200</b>

Total do ativo

149.505.822 98.759.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)

	Déficits acumulados	Superávit do exercício	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	(31.477.131)	10.578.293	(20.898.836)
Incorporação do superávit do ano anterior aos déficits acumulados	10.578.293	–	–
Superávit do exercício	–	14.741.896	14.741.896
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	(20.898.836)	14.741.896	(6.156.939)
Incorporação do superávit do ano anterior aos déficits acumulados	14.741.896	–	–
Superávit do exercício	–	23.095.906	23.095.906
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	(6.156.940)	23.095.906	16.938.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Contexto operacional: 1.1 Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"):

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto" ou "IRSSL") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2º)". Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública. 1.2 ("Unidades") Municipal, Estaduais e Privadas gerenciadas pelo Instituto: 1.2.1 Hospital Municipal Infantil Menino Jesus ("Unidade"): A unidade Hospital Municipal Infantil Menino Jesus apresentou superávit de R\$ 5.833.312 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O valor do patrimônio líquido ficou em R\$ 7.087.341. O ativo circulante excede ao passivo circulante em R\$ 9.746.330. A unidade apresentou em 2023, recuperação frente ao déficit apresentado no final do exercício de 2022, sobretudo em função do aumento da receita do contrato de gestão, atrelada ao novo plano de trabalho aprovado a partir de agosto/23, com repactuação de metas, mesmo considerando o consequente aumento de despesas e as melhorias estruturais efetuadas na unidade. Para o ano de 2024, a administração mantém a perspectiva de superávit. As projeções consideram a manutenção das metas e o consequente aumento de despesas. No entanto, a unidade mantém a gestão ativa buscando a melhor utilização dos recursos, controle de despesas e equalização de custos, garantindo sustentabilidade e a manutenção do patrimônio líquido positivo. O Hospital Municipal Infantil Menino Jesus é certificado pela ONA, nível III, que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada, demonstrando assim que a unidade apresenta cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade administrativa. O Hospital Municipal Infantil Menino Jesus é considerado como serviço essencial, desta forma tomamos todas as medidas conforme orientação dos gestores públicos para manutenção de nossas atividades operacionais, visto que estão no rol de atividades prioritárias e de fundamental importância. 1.2.2 Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio" ("Unidade"): A unidade Hospital Geral do Grajaú, incorreu em superávit de R\$ 1.906.276 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, reduzindo o patrimônio líquido negativo de R\$ 9.589.296 para R\$ 7.683.020. O valor do patrimônio líquido negativo é o menor desde 2012, ano em que o IRSSL assumiu a gestão do Hospital Geral do Grajaú. O passivo circulante excede ao ativo circulante em R\$ 7.900.928. O superávit apresentado ao final do exercício de 2023 ficou acima do previsto sobretudo em função do recebimento, em 29/12/23, de emenda parlamentar destinada para custeio, no valor de R\$ 2,1 milhões. Para o ano de 2024 serão mantidas as metas pactuadas, no entanto existe a perspectiva de déficit em função da necessidade de utilização dos recursos recebidos para custeio, no final de 2023, cujas despesas se realizarão em 2024. No entanto, a unidade mantém a gestão ativa buscando a melhor utilização dos recursos e o controle de despesas, visando reduzir o impacto do déficit previsto. O Hospital Geral do Grajaú, é certificado pela ONA (nível III) que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada, demonstrando assim que a unidade apresenta cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade administrativa. 1.2.3 Ambulatório Médico de Especialidades "Maria Cristina Cury" - AME Interlagos ("Unidade"): O Ambulatório Médico de Especialidades Dra. Maria Cristina Cury (AME Interlagos) incorreu com superávit de R\$ 216.177 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esse resultado contribuiu para redução do patrimônio líquido à descoberto, que fechou o ano deficitário em R\$ 93.969. O passivo circulante excede ao ativo circulante em R\$ 245.112. Para o ano de 2024, a administração mantém a perspectiva de superávit mínimo e equilíbrio operacional, tendo em vista a adequação do critério de faturamento considerando a produção por CPF e o acordo com a DRS (Diretoria Regional de Saúde) para redução da produção de consultas não médicas, compensando com aumento em CMA (cirurgias de catarata). O superávit mínimo previsto para o ano não será suficiente para a reversão total do patrimônio líquido negativo, mas mantém a perspectiva para que isso ocorra nos próximos exercícios. O Ambulatório Médico de Especialidades Dra. Maria Cristina Cury (AME Interlagos) é certificado pela ONA, nível III, que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada, demonstrando assim que a unidade apresenta cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade administrativa. 1.2.4 Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim ("Unidade"): O Serviço de Reabilitação Lucy Montoro incorreu com superávit de R\$ 110.508 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esse resultado contribuiu para elevar o patrimônio líquido para R\$ 386.857. O ativo circulante excede ao passivo circulante em R\$ 139.290. O superávit apresentado no período reflete a realização da produção dentro do previsto bem como o controle e acompanhamento de despesas para obtenção de êxito nos resultados. Para o ano de 2024 a administração mantém a perspectiva de superávit, garantindo a sustentabilidade e execução das metas estabelecidas junto a SES. O Serviço de Reabilitação Lucy Montoro é certificado pela CARF Internacional, que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada, demonstrando assim que a unidade apresenta cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade administrativa. 1.2.5 Hospital Regional de Jundiá ("Unidade"): A unidade Hospital Regional de Jundiá (HRJ) incorreu com déficit de R\$ 1.354.702 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O valor do patrimônio líquido de 2023 ficou em R\$ 1.571.261. O ativo circulante excede ao passivo circulante em R\$ 1.562.180. O déficit apresentado em 2023, ocorreu em função de adequações de metas de produção e de estrutura, como a ampliação de 4 leitos de UTI, limpeza da fachada e outras despesas com manutenção necessárias para o bom andamento da unidade, tendo em vista as disponibilidades de caixa. O contrato de gestão da unidade vence em maio/24. A administração trabalha com a perspectiva de participar do processo de chamamento e conseguir a manutenção desse contrato pelos próximos 5 anos. Assim, as projeções realizadas para 2024 consideram inicialmente o período até maio. Após a concretização do chamamento, caso a unidade se mantenha sob gestão do IRSSL, serão reavaliadas as metas para prosseguimento do ano. Desde novembro de 2020 o HRJ é detentor do

certificado de excelência pela Organização Nacional de Acreditação (ONA III), que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada. Isso demonstrando que a unidade apresenta uma cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade institucional. 1.2.6 Ambulatório Médico de Especialidades "Dona Maria Lopes" - AME Jundiá ("Unidade"): O Ambulatório Médico de Especialidades Dona Maria Lopes - AME Jundiá, incorreu com superávit de R\$ 462.120 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O valor do patrimônio líquido ficou em R\$ 1.040.594. O ativo circulante excede ao passivo circulante em R\$ 1.154.865. Para o ano de 2024, a unidade mantém perspectiva de superávit e Patrimônio Líquido positivo. As projeções consideram as metas estabelecidas no contrato de gestão. Ações de eficiência, economicidade e qualificação de demanda continuarão sendo consideradas para cumprimento do orçamento e manutenção das boas práticas de gestão. Em novembro de 2023, o Ambulatório Médico de Especialidades "Dona Maria Lopes" - AME Jundiá foi certificado pela ONA nível I, que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente, além da gestão integrada. Demonstrando assim que a unidade apresenta cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade administrativa. 1.2.7 Núcleo de Saúde Fundação Lia Maria de Aguiar - FLMA ("Unidade"): A unidade encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com superávit operacional de R\$ 1.703.423. Conforme acordo contratual, em maio de 2023 ocorreu devolução de caixa excedente ao financiador no valor de R\$ 3.500.000. Essa devolução não impactou na manutenção de recursos suficientes para a boa gestão da unidade. Considerando a contabilização dessa devolução no resultado, encerrou-se o exercício com déficit de R\$ 1.191.432. O valor do patrimônio líquido de 2023 ficou em R\$ 3.677.661. O ativo circulante excede ao passivo circulante em R\$ 1.784.717. A aprovação orçamentária de 2023 ocorreu no mês de maio em alinhamento com as diretrizes da financiadora (FLMA). As metas de atendimento projetadas não ocorreram na totalidade, gerando a possibilidade de que as ampliações das equipes também ocorressem de forma gradativa. Esses fatores contribuíram para um superávit operacional acima do projetado em orçamento. Para o ano de 2024, a administração considera a manutenção de superávit adequado às revisões de metas que ocorrerão em conjunto com os objetivos do financiador, cujo plano orçamentário será aprovado em maio/24. A administração mantém o desafio de uma gestão ativa, buscando a melhor utilização dos recursos e o controle de despesas, visando eficiência e manutenção da sustentabilidade esperada pelo financiador. Para o ano de 2024, a administração considera a manutenção de superávit adequado às revisões de metas que ocorrerão em conjunto com os objetivos do financiador, cujo plano orçamentário será aprovado em maio/24. A administração mantém o desafio de uma gestão ativa, buscando a melhor utilização dos recursos e o controle de despesas, visando eficiência e manutenção da sustentabilidade esperada pelo financiador. 1.2.8 Atendimento Multiassistencial - AMAS ("Unidade"): A unidade encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com superávit operacional de R\$ 38.024. Conforme acordo contratual, no decorrer de 2023 ocorreram devoluções de caixa excedente ao financiador no valor total de R\$ 688.090. Essas devoluções não impactaram na manutenção de recursos suficientes para a boa gestão da unidade. Considerando a contabilização dessa devolução no resultado, encerrou-se o exercício com déficit de R\$ 588.673. O valor do patrimônio líquido de 2023 ficou em R\$ 58.139. O passivo circulante excede ao ativo circulante em R\$ 178.400. O superávit operacional refletiu as demandas acordadas para o período e as adequações realizadas na unidade. O plano orçamentário para o ano de 2024, foi desenvolvido em parceria com o financiador (UMANE) e atende as expectativas do mesmo, considerando o novo ciclo do contrato e a readequação do modelo assistencial. 1.2.9 Hospital Regional de Registro - HRR ("Unidade"): A unidade Hospital Regional de Registro "Dr. Sergio Aluisio Homem Torres", apresentou superávit de R\$ 12.691.207 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O valor do patrimônio líquido ficou em R\$ 12.691.207. O ativo circulante excede ao passivo circulante em R\$ 12.719.778. O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês - IRSSL, assumiu a gestão da unidade Hospital Regional de Registro "Dr. Sergio Aluisio Homem Torres" em abril/23, após participar e vencer o processo de chamamento público junto a SES. O superávit apresentado em 2023, reflete a incorporação inicial de receita e realização de despesas abaixo das previsões consideradas em chamamento. Ocorreram também economias derivadas da eficiência operacional da gestão IRSSL, como revisão de valores nos contratos de prestação de serviços, materiais de uso do paciente e materiais diversos. Para o ano de 2024 a administração mantém a perspectiva de superávit com gestão ativa para melhor utilização de recursos, equalizando custos e despesas. Para esse exercício foram consideradas adequações de metas com aumento nos atendimentos de urgência e emergência, saídas clínicas e consultas da equipe multidisciplinar. Temos também a expectativa de realização de despesas não recorrentes e necessárias para adequações de estrutura da unidade e consequente consumo de caixa. 1.3 Plano da Administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês: O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2023 com superávit de R\$ 27.386.184. O patrimônio líquido ficou em R\$ 16.938.966, revertendo valor negativo em 2022 que foi de -R\$ 6.156.939. O ativo circulante excede ao passivo circulante em R\$ 34.675.030. O superávit atingido no ano de 2023, reflete a incorporação da unidade Hospital Regional de Registro (em abril/23), a constante evolução de reversão de prejuízos acumulados em unidades como HGG e AME Interlagos, que apresentam recuperação gradativa do patrimônio líquido negativo e os superávits alcançados nas demais unidades sob gestão. Para o ano de 2024, a administração mantém a perspectiva de superávit, bem como as premissas de equilíbrio econômico-financeiro em todas as unidades sob gestão. As unidades administradas pelo Instituto são distintas em suas características de atuação, variando de unidade de reabilitação a hospitais gerais. A administração do Instituto concentra esforços nas melhores práticas de gestão e no aperfeiçoamento das metodologias. Controle efetivo de custos e melhor utilização dos recursos disponibilizados são fatores primordiais para a administração, acreditando que o reflexo dessas ações traga mais sustentabilidade e qualidade na assistência aos pacientes. O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, tem por objetivo expandir suas atividades abrindo novas frentes estratégicas no mercado, tanto no âmbito público (com a participação em chamamentos junto a SES) quanto no âmbito privado, com abertura de novos negócios sempre dentro das diretrizes e premissas estratégias estabelecidas pela Diretoria Executiva e Conselho de

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)

	Nota	2023	2022
<b>Receitas operacionais</b>			
Recursos dos contratos de gestão - Estadual	20	355.834.275	272.954.027
Recursos dos contratos de gestão - Municipal	21	76.266.622	62.607.541
Recursos com convênio Federal	22	33.503.889	30.339.305
Recursos dos contratos de gestão - Parceiro privado	23	20.779.724	16.322.730
Receita com doações	24	5.729.849	2.318.809
Outras receitas	25	19.697.392	12.439.773
Receita Trabalho Voluntário	19	70.348	78.305
Receitas com gratuidades recebidas	26	1.187.854	768.143
		<b>513.069.953</b>	<b>397.828.633</b>

#### Custos e despesas operacionais

Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	27	(432.357.712)	(343.616.317)
Utilidade pública	28	(11.603.569)	(9.089.081)
Serviços profissionais	29	(23.570.965)	(17.457.555)
Depreciações/Amortização	–	(8.113.014)	(5.395.410)
Contingências	15	(503.010)	(1.440.409)
Despesas com gratuidades concedidas	26	(1.258.202)	(846.448)
Despesa Trabalho Voluntário	19	(70.348)	(78.305)
Outras despesas operacionais	30	(17.270.266)	(10.203.591)
		<b>(494.747.086)</b>	<b>(388.127.116)</b>

Superávit operacional 18.322.867 9.701.517

Outras Despesas 31 (4.290.279) –

Superávit operacional antes do resultado Financeiros 14.032.588 –

Despesas financeiras 32 (1.665.811) (1.459.409)

Receitas financeiras 32 10.729.129 6.499.788

Resultado Financeiro 32 9.063.317 5.040.379

Superávit do exercício 23.095.906 14.741.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)

	2023	2022
<b>Superávit do exercício</b>	<b>23.095.906</b>	<b>14.741.896</b>
Outros resultados abrangentes	–	–
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>23.095.906</b>	<b>14.741.896</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)

	2023	2022
<b>Superávit do exercício</b>	<b>23.095.906</b>	<b>14.741.896</b>
Ajustes por:		
Provisão para contingências	503.010	907.977
Depreciação de imobilizado/Amortização de		
Direito de Uso e Intangível	8.113.014	5.381.538
Juros de arrendamento	368.797	157.366
Valor residual do ativo imobilizado baixado	37.779	587.580
Valor residual do ativo intangível baixado	510	–
Juros Incorridos com partes relacionadas	982.037	1.129.145
Receita de aplicações financeiras	(10.640.650)	(6.264.745)
<b>Variação de ativos e passivos operacionais (Aumento) redução dos ativos</b>	<b>2.362.368</b>	<b>(1.453.074)</b>

Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios

Estoques (751.646) (1.929.484)

Créditos diversos (7.579.724) (634.900)

Depósitos judiciais (37.733) 14.268

Aumento (redução) dos passivos

Fornecedores 7.719.655 5.293.534

Obrigações trabalhistas 581.091 3.699.256

Obrigações tributárias 2.871.838 305.137

Outras contas a pagar (1.261.780) 2.595.086

Subvenções de Investimentos a realizar (665.345) 1.167.640

Subvenções de bens a apropriar - imobilizado (2.405.106) 10.236.667

Contingências pagas (3.432.676) (3.264.950)

Receita diferida 8.796.443 (147.082)

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 28.657.787 32.522.855

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Direito de uso – (3.861.134)

Recursos financeiros vinculados a projetos (13.311.164) (7.260.937)

Subvenções de bens a apropriar - compras de imobilizado – (2.848.444)

Adições no Intangível (215.048) (1.133.423)

Adições no imobilizado (3.931.233) (12.890.047)

Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento (17.457.445) (27.993.985)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Pagamento de arrendamento (1.541.922) (1.103.086)

Pagamento de juros sobre arrendamento (215.440) (157.366)

Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento (1.757.362) (1.260.452)

Aumento de caixa e equivalentes de caixa 9.442.980 3.268.419

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 10.344.608 7.076.189

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 19.787.588 10.344.608

Aumento de caixa e equivalentes de caixa 9.442.980 3.268.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Administração 1.4 Imunidade Tributária: O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços, e imune às contribuições para a seguridade social, nos termos do artigo 195, §7º, da Constituição Federal. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. Para melhor comparabilidade, algumas rubricas e notas explicativas foram reclassificadas, sem alterar o resultado da Entidade e/ou a posição patrimonial. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto em 28 de março de 2024. b. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. c. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Determinação da vida útil do ativo imobilizado; e Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis continua.★

★ continuação

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês**  
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

do Instituto requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 1. O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 32 - Instrumentos financeiros.

**d. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

**3. Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

**a. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento. Os recursos financeiros que o Instituto possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

**b. Recursos vinculados a projetos:** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. Dessa forma o Instituto apresenta em seu balanço patrimonial a rubrica de caixa e equivalentes de caixa somente os recursos não vinculados a projetos.

**c. Estoques:** Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. Periodicamente o estoque é reavaliado e se necessário, provisionado a resultado, itens identificados como obsoletos ou vencidos. Em 2023 e 2022 não foram identificados itens elegíveis a provisão.

**d. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido a depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

**Custos subsequentes:** Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**Depreciação e amortização:** A depreciação e amortização é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação e amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado e intangível. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativas são as seguintes:

Anos	
10	Obras preliminares e complementares - Instalações
10	Móveis e Utensílios
10	Máquinas e Equipamentos Médicos
10	Máquinas e Equipamentos em Geral
5	Software e hardware

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**e. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

**f. Obrigações trabalhistas:** Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

**g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

**h. Provisão para demandas judiciais:** O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**i. Subvenções governamentais:** Os recursos provenientes de subvenções e dos contratos de gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e Secretaria Municipal da Saúde, são registrados em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais, na seguinte forma: **Subvenção para custeio** - Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas. **Subvenção para investimentos** - relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada.

**j. Receitas de Parceria Privada:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Unidade, mensurados inicialmente pelo preço da transação, que não contém componentes de financiamento significativo, e, portanto, sem ajustes a valor presente relevantes.

**k. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

**l. Apuração do resultado do exercício:** Em atendimento ao disposto no item 08 da ITG 2002 (R1), informamos que as receitas e as despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da Competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos ente público e financiadores privados geralmente no início do mês à competência.

**m. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Instituto registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência apesar de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras. O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desem-

bolso financeiro. (Alterado pela ITG 2002 (R1).

**n. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(i) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao (VJR). Nos exercícios de 2023 e 2022 o Instituto não possui nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Desreconhecimento:** O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **o. Arrendamentos:** O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2023, possuímos ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo do Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos, para um novo contrato firmado exercício passado. **p. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** Não foram identificadas alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data que gerem impactos significativos nas atualizações das normas abaixo, de forma que não foram aplicadas em 2023 nas demonstrações financeiras: As alterações para 2023 foram CPC 50, CPC 23, CPC 26 (R1) e CPC 32, abaixo destacamos apenas as alterações aplicáveis para a Entidade: • Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23): As alterações esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. • Divulgação das políticas contábeis por materialidade (alterações ao CPC 26(R1)): As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao

tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. A Entidade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

**q. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: Alterações ao CPC 06: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento): Requer especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 e não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. Alterações no CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante: Requer especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 e não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. Alterações ao CPC 03 (R2)/IAS 7 e CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores: Requer evidenciar para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2023, possuíamos ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2).

	2023	2022
Caixa e bancos	207.963	87.369
Aplicações financeiras	19.579.625	10.257.239
	<b>19.787.588</b>	<b>10.344.608</b>

Os recursos financeiros apresentados nesta rubrica, trata-se de recursos próprios do Instituto, classificados como "sem restrição", com remuneração principalmente de Fundos de Investimentos por cotas que rendem juros que variam de 94% a 106% do CDI (em 2022 a remuneração ficou em 94% a 106% do CDI). Quanto aos recursos de projetos e contratos de gestão, específicos, são apresentados na rubrica de "recursos vinculados a projetos". Vide nota explicativa nº 5.

**5. Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios**

	2023	2022
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>61.518.892</b>	<b>37.567.078</b>
Em atendimento ao item 27, (e) da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, apresentamos abaixo os saldos dos contratos de gestão classificados como "com restrição".		
<b>Unidades</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Lucy Montoro Mogi Mirim	885.191	907.101
AME Interlagos	1.209.787	1.251.222
Hospital Regional de Jundiá	8.875.933	8.459.252
Hospital Geral do Grajaú	4.831.537	8.593.181
AME Jundiá	2.282.400	2.336.993
Hospital Municipal Infantil Menino Jesus	17.653.227	10.347.024
Hospital Regional de Registro	21.795.641	-
<b>Total de recursos públicos</b>	<b>57.533.715</b>	<b>31.894.773</b>
Ambulatório MultiAssistencial - AMAS	254.306	729.550
Núcleo de Saúde - FLMA	3.730.871	4.942.755
<b>Total de recursos Privado (a)</b>	<b>3.985.177</b>	<b>5.672.305</b>
<b>Total de recursos vinculados a projetos</b>	<b>61.518.892</b>	<b>37.567.078</b>

Os recursos financeiros apresentados nesta rubrica, referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados com liquidez imediata. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 94% a 106% do CDI (em 2022 a remuneração ficou 94% a 106% do CDI). (a) Trata-se de recursos oriundos da financiadora até contrato de gestão no âmbito privado, para operacionalização da unidade. Não possui contrapartida com o poder público.

	2023	2022
<b>6. Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios:</b>		
Hospital Municipal Infantil Menino Jesus - convênio Federal	3.175.720	4.094.574
Hospital Regional de Jundiá	5.031	5.031
Outras contas a receber	-	1.443.516
	<b>3.180.752</b>	<b>5.543.120</b>

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Recursos a Receber 31/12/2022	Recursos de Custeio	Recursos de Investimentos	Recursos de Matríz	Recursos Recebidos - Custeio	Recursos a Receber 31/12/2023
<b>Unidades</b>						
Lucy Montoro - Mogi Mirim	-	7.245.324	-	-	(7.245.324)	-
AME Interlagos	-	15.660.431	-	-	(15.660.431)	-
Hospital Regional de Jundiá	5.031	75.542.148	-	-	(75.542.148)	5.031
Hospital Geral do Grajaú	-	174.374.000	-	-	(174.374.000)	-
AME Jundiá	-	14.970.609	-	-	(14.970.609)	-
Hospital Regional de Registro	-	63.805.698	-	-	(63.805.698)	-
Hospital Menino Jesus	-	75.369.491	-	-	(75.369.491)	-
Hospital Menino Jesus - convênio Federal	4.094.574	33.503.889	-	-	(34.422.743)	3.175.720
<b>Total de recursos públicos</b>	<b>4.099.605</b>	<b>460.471.590</b>	-	-	<b>(461.390.444)</b>	<b>3.180.752</b>
Ambulatório MultiAssistencial (AMAS)	-	3.180.571	-	-	(3.180.571)	-
Núcleo de Saúde - FLMA	-	17.241.792	-	-	(17.241.792)	-
<b>Total de recursos privados</b>	-	<b>20.422.363</b>	-	-	<b>(20.422.363)</b>	-
Outras contas a receber (a)	1.443.516	25.506.013	-	-	(26.949.529)	-
<b>Total de recursos próprios</b>	<b>1.443.516</b>	<b>25.506.013</b>	-	-	<b>(26.949.529)</b>	-
<b>Total de recursos consolidado</b>	<b>5.543.120</b>	<b>506.399.966</b>	-	-	<b>(508.762.336)</b>	<b>3.180.752</b>
<b>Recursos a Receber 31/12/2021</b>						
<b>Unidades</b>						
Lucy Montoro - Mogi Mirim	-	7.312.085	-	-	(7.312.085)	-
Ambulatório de Especialidades Interlagos	-	15.727.110	-	-	(15.727.110)	-
Hospital Regional de Jundiá	-	68.540.669	-	-	(68.540.669)	5.031
Hospital Geral do Grajaú	-	167.234.131	-	-	(167.234.131)	-
Ambulatório de Especialidades Jundiá	-	-	-	-	-	-
Hospital Municipal Infantil Menino Jesus	-	62.607.541	-	-	(62.607.541)	-
Hospital Menino Jesus - convênio Federal	2.925.078	30.339.305	-	-	(29.169.809)	4.094.574
<b>Total de recursos públicos</b>	<b>2.925.078</b>	<b>366.154.892</b>	-	-	<b>(364.980.365)</b>	<b>4.099.605</b>
Ambulatório MultiAssistencial (AMAS)	-	3.147.060	-	-	(3.147.060)	-
Núcleo de Saúde - FLMA	-	11.822.861	-	-	(11.822.861)	-
<b>Total de recursos privados</b>	<b>2.925.078</b>	<b>14.969.921</b>	-	-	<b>(14.969.921)</b>	-
Outras contas a receber (a)	2.925.078	26.591.629	-	-	(26.313.081)	1.443.516
<b>Total de recursos próprios</b>	<b>2.925.078</b>	<b>26.591.629</b>	-	-	<b>(26.313.081)</b>	<b>1.443.516</b>
<b>Total de recursos consolidado</b>	<b>4.090.046</b>	<b>392.746.521</b>	-	-	<b>(391.293.447)</b>	<b>5.543.120</b>

	2023	2022
<b>7. Estoques:</b>		
Medicamentos, materiais médicos-cirúrgicos e enfermagem	5.265.383	4.526.810
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	2.226.821	2.213.749
	<b>7.492.205</b>	<b>6.740.559</b>
<b>8. Créditos diversos:</b>		
Adiantamentos a funcionários (a)	1.951.810	1.262.413
Outros valores a receber	7.814.485	999.294
Despesas a apropriar	723.243	648.107
	<b>10.489.538</b>	<b>2.909.814</b>

(a) Refere-se a adiantamento de férias aos colaboradores, tratando de um benefício aos funcionários da unidade, sendo que a realização ocorre no período aquisitivo de férias.

	2023	2022
<b>9. Direito de Uso:</b>		
Equipamentos de informática	8.606.877	4.896.429
<b>Saldo inicial</b>	<b>4.896.429</b>	<b>2.190.764</b>
Adição	5.341.778	3.861.134
Amortização	(1.631.330)	(1.155.469)
<b>Saldo final</b>	<b>8.606.877</b>	<b>4.896.429</b>

continua★

★ continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês**  
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	2023	2022
<b>10. Imobilizado:</b>					
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	488.630
Instalações	10%	9.378.884	(4.624.709)	4.754.175	4.578.605
Móveis e utensílios	10%	8.014.136	(4.535.617)	3.478.519	2.825.572
Máquinas e equipamentos médicos	10%	54.013.169	(27.571.175)	26.441.994	19.931.000
Máquinas e equipamentos em geral	10%	3.029.510	(1.702.909)	1.326.601	1.280.287
Veículos	20%	136.228	(41.793)	94.435	28
<b>Total</b>		<b>74.571.927</b>	<b>(38.476.203)</b>	<b>36.095.724</b>	<b>29.104.094</b>

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2023
<b>Custo</b>					
Imobilizado em andamento	488.630	-	-	(488.630)	-
Instalações	8.754.982	623.902	-	-	9.378.884
Móveis e utensílios	5.922.663	293.427	(63.810)	1.861.856	8.014.136
Máquinas e equipamentos médicos (a)	35.546.810	2.440.054	(49.522)	16.075.827	54.013.169
Máquinas e equipamentos em geral	2.304.800	468.920	(35.377)	291.167	3.029.510
Veículos	31.300	104.928	-	-	136.228
<b>Total custo</b>	<b>53.049.185</b>	<b>3.931.233</b>	<b>(148.709)</b>	<b>17.740.220</b>	<b>74.571.927</b>
<b>Depreciação</b>					
Instalações	(4.176.377)	(450.673)	-	-	(4.624.709)
Móveis e utensílios	(3.097.091)	(551.240)	59.563	(944.522)	(4.535.617)
Máquinas e equipamentos médicos	(15.615.824)	(4.478.854)	24.778	(7.501.275)	(27.571.175)
Máquinas e equipamentos em geral	(1.024.513)	(552.138)	26.589	(152.847)	(1.702.909)
Veículos	(31.300)	(10.493)	-	-	(41.793)
<b>Total depreciação</b>	<b>(23.945.091)</b>	<b>(6.043.398)</b>	<b>110.930</b>	<b>(8.598.644)</b>	<b>(38.476.203)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>29.104.094</b>	<b>(2.112.165)</b>	<b>(37.779)</b>	<b>9.141.576</b>	<b>36.095.724</b>

como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022	2023	Saldo em 31/12/2023
<b>Custo</b>						
Instalações	8.127.296	627.686	-	8.754.982		
Móveis e utensílios	4.412.183	1.577.831	(67.350)	5.922.663		
Máquinas e equipamentos médicos (a)	26.119.299	10.418.015	(501.873)	36.035.440		
Máquinas e equipamentos em geral	2.056.641	266.515	(18.356)	2.304.800		
Veículos	31.300	-	-	31.300		
<b>Total custo</b>	<b>40.746.719</b>	<b>12.890.047</b>	<b>(587.580)</b>	<b>53.049.185</b>		
<b>Depreciação</b>						
Instalações	(3.530.411)	(293.872)	-	(3.824.284)		
Móveis e utensílios	(2.750.400)	(445.786)	96.766	(3.099.418)		
Máquinas e equipamentos médicos	(15.301.933)	(2.790.750)	2.476.860	(15.615.824)		
Máquinas e equipamentos em geral	(953.426)	(187.001)	115.914	(1.024.513)		
Veículos	(31.300)	-	-	(31.300)		
<b>Total depreciação</b>	<b>(22.567.470)</b>	<b>(4.067.161)</b>	<b>2.689.540</b>	<b>(23.945.091)</b>		
<b>Saldo líquido</b>	<b>18.179.248</b>	<b>8.822.886</b>	<b>2.101.960</b>	<b>29.104.094</b>		

A depreciação mensal está ocorrendo conforme percentuais descritos em nota explicativa nº 3 (d). Parte dos bens do ativo imobilizado foram adquiridos com recursos não vinculados aos contratos de gestão e, consequentemente não possuem o passivo de subvenção de bens a apropriar em atendimento ao Pronunciamento Contábil CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamental (vide nota 18). Os montantes do imobilizado com restrição e sem restrição são apresentados a seguir:

	2023	2022
Imobilizado com restrição	28.594.098	20.990.867
Imobilizado sem restrição (a)	7.501.626	8.113.227
<b>Total imobilizado</b>	<b>36.095.724</b>	<b>29.104.094</b>

(a) Este valor refere-se a aquisição de ativo imobilizado através de recursos de verbas de custeio, as quais ocorrem conforme necessidade específica da unidade em alinhamento com a Administração. Todo o imobilizado adquirido com verba de custeio são utilizados para a operacionalização das unidades.

**11. Fornecedores:**

	2023	2022
Fornecedores nacionais	28.058.398	20.338.743

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

**12. Arrendamento a pagar:**

	2023	2022
Arrendamento a pagar	8.966.473	5.013.259
<b>Saldo inicial</b>	<b>5.013.259</b>	<b>429.796</b>
Novos contratos	5.341.778	5.843.915
Amortização do principal	(1.541.922)	(1.103.086)
Amortização dos juros	(215.440)	(157.366)
Juros incorridos	368.798	-
<b>Movimentações do exercício</b>	<b>3.953.214</b>	<b>(4.583.463)</b>
<b>Saldo final</b>	<b>8.966.473</b>	<b>5.013.259</b>
Circulante	1.122.335	1.122.335
Não circulante	6.493.807	3.890.924

**Compromissos futuros**

	31/12/2023	31/12/2022
2023	1.827.881	1.103.527
2024	1.144.176	1.134.593
2025	1.156.399	1.172.102
Acima de 5 anos	4.838.017	1.603.037
	<b>8.966.473</b>	<b>5.013.259</b>

**13. Obrigações trabalhistas:**

	2023	2022
Provisão para férias e encargos sobre férias	20.001.601	16.227.047
Salários e ordenados a pagar	915.115	4.359.120
Contribuições e encargos sociais	6.282.655	6.032.114
	<b>27.199.371</b>	<b>26.618.280</b>

**14. Obrigações tributárias de terceiros:**

	2023	2022
PIS/COFINS/CSLL	2.124.536	559.842
INSS pessoa jurídica	703.683	197.240
IRRF	578.604	113.137
ISS	408.868	73.634
Impostos e taxas municipais parceladas	17	16
	<b>3.815.707</b>	<b>943.869</b>

**15. Provisão para demandas judiciais:**

	2023	2022
Provisão para demandas judiciais	3.420.645	6.350.313

O Instituto é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas

	Saldo em 31/12/2022	Total de aquisições	Total de baixas	Depreciação Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Lucy Montoro	210.173	-	-	(104.995)	-	105.178
AME Interlagos	1.061.369	28.718	(1.230)	(191.179)	-	897.678
AME Jundiá	1.304.939	-	-	(140.415)	-	1.164.524
Hospital Regional Jundiá	2.051.392	340.000	-	(1.035.492)	-	1.355.900
Hospital Geral do Grajaú	7.935.448	844.368	(24.139)	(1.415.837)	-	7.339.840
Hospital Regional de Registro	-	104.928	-	(1.387.850)	10.008.336	8.725.414
Hospital Menino Jesus	5.234.774	1.126.832	-	(948.836)	-	5.412.770
<b>Total Recursos Públicos</b>	<b>17.798.095</b>	<b>2.444.846</b>	<b>(25.369)</b>	<b>(5.224.604)</b>	<b>10.008.336</b>	<b>25.001.304</b>
Núcleo de Saúde - FLMA	3.192.772	18.048	-	(357.446)	-	2.853.374
Ambulatório MultiAssistencial	-	739.420	-	-	-	739.420
<b>Total Recursos Privados</b>	<b>3.192.772</b>	<b>757.466</b>	<b>-</b>	<b>(357.446)</b>	<b>-</b>	<b>3.592.794</b>
<b>Total Recursos Públicos + Privados</b>	<b>20.990.867</b>	<b>3.202.314</b>	<b>(25.369)</b>	<b>(5.582.050)</b>	<b>10.008.336</b>	<b>28.594.098</b>

	Saldo em 31/12/2021	Total de aquisições	Total de baixas	Depreciação Acumulada	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Lucy Montoro	335.411	-	-	(125.238)	-	210.173
AME Interlagos	901.188	330.082	(30.929)	(138.972)	-	1.061.369
AME Jundiá	-	1.402.820	-	(97.881)	-	1.304.939
Hospital Regional Jundiá	2.785.378	222.215	-	(956.201)	-	2.051.392
Hospital Geral do Grajaú	5.182.891	4.076.851	(25.860)	(1.298.434)	-	7.935.448
Hospital Menino Jesus	1.549.333	1.816.645	-	(835.518)	2.704.314	5.234.774
<b>Total Recursos Públicos</b>	<b>10.754.201</b>	<b>7.848.612</b>	<b>(56.789)</b>	<b>(3.452.244)</b>	<b>2.704.314</b>	<b>17.798.095</b>
Núcleo de Saúde - FLMA	-	3.412.265	-	(219.493)	-	3.192.772
<b>Total Recursos Públicos</b>	<b>-</b>	<b>3.412.265</b>	<b>-</b>	<b>(219.493)</b>	<b>-</b>	<b>3.192.772</b>
<b>Total Recursos Públicos</b>	<b>10.754.201</b>	<b>11.260.878</b>	<b>(56.789)</b>	<b>(3.671.737)</b>	<b>2.704.314</b>	<b>20.990.867</b>

As subvenções para investimentos são classificadas no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecida como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o CPC 07 (R1). Vide notas explicativas nº 10 e 18. **19. Patrimônio Líquido:** Conforme Estatuto Social da Instituição, deverá ser aplicado integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir

nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição

pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão. **Remuneração da administração:** O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Foi apurado em 2023 o custo dos conselheiros com trabalho voluntário de R\$ 70.348 e em 2022 R\$ 78.305.

**20. Recursos dos contratos de gestão - convênio Estadual**

	2023	2022
Contrato de Gestão Lucy Montoro Mogi Mirim	7.245.324	7.186.849
Contrato de Gestão Ambulatório de Especialidades Interlagos	15.660.431	15.591.502
Contrato de Gestão Hospital Regional de Jundiá	75.542.148	67.584.468
Contrato de Gestão Hospital Geral do Grajaú	174.374.000	165.979.618
Contrato de Gestão Ambulatório de Especialidades Jundiá	14.970.609	14.538.516
Receitas com Subvenção de Imobilizado	4.236.065	2.073.074
	<b>355.834.275</b>	<b>272.954.027</b>

As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, em conformidade com o CPC 07 (R1). Adicionalmente as movimentações financeiras encontram-se evidenciadas na nota explicativa nº 6.

**21. Recursos dos contratos de gestão - convênio Municipal:**

	2023	2022
Contrato de Gestão Hospital Infantil Menino Jesus	75.369.491	61.772.024
Receitas com Subvenção de Imobilizado	897.131	835.517
	<b>76.266.622</b>	<b>62.607.541</b>

As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o CPC 07 (R1).

**22. Recursos com convênio Federal:**

	2023	2022
Hospital Municipal Infantil Menino Jesus - convênio Federal	33.503.889	30.339.305

Nessa rubrica são registradas as entradas de recursos referentes exclusivamente ao reembolso das despesas incorridas pelo Instituto com os atendimentos e procedimentos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS), apurado pelo seu custo, ou seja, reembolso de gastos nos mesmos montantes das despesas incorridas por conta e ordem do PROADI-SUS. Valores recebidos da Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio-Libanês para o Hospital Municipal Infantil Menino Jesus ("Unidade") no âmbito de convênio firmado para a execução de atendimentos e procedimentos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS ("PROADI-SUS").

**23. Recursos dos contratos de gestão - Parceiro privado:**

	2023	2022
Repasso - Ambulatório MutiAssistencial (a)	3.180.486	3.147.060
Repasso - Núcleo de Saúde - FLMA (b)	17.599.238	13.175.670
	<b>20.779.724</b>	<b>16.322.730</b>

(a) Refere-se ao repasse do UMANE ao Ambulatório MultiAssistencial para gestão e operacionalização da unidade. (b) Refere-se ao repasse da Fundação Lia Maria de Aguiar ao Núcleo de Saúde - FLMA para gestão e operacionalização da unidade.

**24. Receita com doações:**

	2023	2022
Lucy Montoro Mogi Mirim	303.700	142.394
Ambulatório de Especialidades Interlagos	238.712	92.842
Hospital Regional de Jundiá	986.875	876.701
Hospital Geral do Grajaú	2.175.736	526.845
Ambulatório de Especialidades Jundiá	201.162	4.475
Hospital Infantil Menino Jesus	157.999	343.275
Hospital Regional de Registro	54.199	-
<b>Total de recursos públicos</b>	<b>4.118.382</b>	<b>1.986.532</b>
Núcleo de Saúde - FLMA	32.130	97.337
<b>Total de recursos Privados</b>	<b>32.130</b>	<b>97.337</b>
<b>Total de recursos Próprios - IRSSL</b>	<b>1.579.337</b>	<b>234.940</b>
<b>Total de receitas com doações</b>	<b>5.729.849</b>	<b>2.318.809</b>

Este montante refere-se a doações de materiais médicos, medicamentos e contas de consumo, em algumas unidades existem ainda isenções de pagamento de água e luz, para as quais entende-se que a natureza é de doação, pois não existe contrapartida.

**25. Outras receitas:**

	2023	2022
Parcerias com instituições privadas (a)	316.253	218.800
Receita Sem restrição - Projeto Lia Maria Aguiar (b)	3.448.356	3.355.989
Receita de Prestação de Serviço - Fundação Lia Maria Aguiar (c)	50.600	-
Receita Sem restrição - AMAS (d)	636.114	588.966
Receitas de residências médicas (e)	1.459.804	890.898
<b>Total de Receitas Próprias (f)</b>	<b>5.911.128</b>	<b>5.054.653</b>
Receitas de locações de espaços (g)	195.768	179.172
Repasso Secretaria Estadual de Saúde - AME Jundiá (h)	-	1.197.068
Receita Diferida (i)	1.300.000	-
Receitas diversas e reembolso de despesas (j)	5.686.700	-
Trabalho Voluntário (k)	70.348	-
Repasso mantenedora - Hospital Sírio-Libanês (l)	6.533.448	6.008.880
	<b>13.786.264</b>	<b>7.385.120</b>
	<b>19.69</b>	

\* continuação

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês**  
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2023

Procedimentos realizados	(*) Quantidade de exames realizados	(*) Custo médio dos procedimentos	Total das despesas com gratuidade em 31/12/2023	(20%) da receita, conforme inciso I do artigo 8º da Lei 12.101/2009 (a)	Total aplicado acima dos (20%)
Ultrassom Morfológico	609	214,24	130.473	—	—
Exame de Holter	1.717	304,53	522.878	—	—
Teste Ergométrico	959	267,17	256.218	—	—
Ecocardiograma	416	93,29	38.807	—	—
MAPA	330	300,77	99.254	—	—
Ultrassom obstétrico	1.200	175,48	210.572	—	—
	<b>5.231</b>	—	<b>1.258.202</b>	—	—
Investimento (imobilizado) (b)	—	—	215.755	—	—
	<b>5.231</b>	—	<b>1.473.957</b>	<b>1.182.223</b>	<b>291.734</b>

31 de dezembro de 2022

Procedimentos realizados	(*) Quantidade de exames realizados	(*) Custo médio dos procedimentos	Total das despesas com gratuidade em 31/12/2022	(20%) da receita, conforme inciso I do artigo 8º da Lei 12.101/2009 (a)	Total aplicado acima dos (20%)
Ultrassom Morfológico	636	437,57	278.297	—	—
Exame de Holter	314	513,79	161.331	—	—
Teste Ergométrico	272	362,89	98.705	—	—
Ultrassom obstétrico	1.210	254,64	308.115	—	—
	<b>2.432</b>	—	<b>846.448</b>	—	—
Investimento (imobilizado) (b)	—	—	208.230	—	—
	<b>2.432</b>	—	<b>1.054.678</b>	<b>1.010.931</b>	<b>43.747</b>

(\*) dados não auditados.

(a) Vide nota explicativa nº 26, alínea "b" que apresenta a receita própria aplicável ao inciso I do artigo 8º da Lei 12.101/2009. (b) Trata-se de investimentos efetuados na aquisição de itens imobilizáveis para aplicação no anexo da Filantropia do Instituto.

27. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos:

	2023	2022
Pessoal e encargos	(219.900.942)	(184.985.095)
Medicamentos e materiais	(46.372.350)	(34.863.595)
Materiais de consumo	(21.161.720)	(13.609.880)
Lavadeira e rouparia	(5.490.754)	(3.961.730)
Higiene e limpeza	(13.100.626)	(10.073.899)
Nutrição	(10.338.472)	(12.464.834)
Serviços médicos	(115.992.850)	(83.657.283)
	<b>(432.357.712)</b>	<b>(343.616.317)</b>

28. Utilidade pública:

	2023	2022
Energia elétrica (a)	(5.793.281)	(4.366.351)
Água (a)	(3.624.193)	(2.652.027)
Telecomunicações	(1.178.518)	(1.081.106)
Gás natural	(948.044)	(936.152)
Combustíveis e lubrificantes	(59.534)	(53.445)
	<b>(11.603.569)</b>	<b>(9.089.081)</b>

29. Serviços profissionais:

	2023	2022
Consultoria e assessoria	(534.840)	(849.047)
Manutenção e conservação	(9.326.489)	(6.110.626)
Suporte em infraestrutura de TI	(7.518.001)	(6.257.012)
Serviços diversos - pessoas jurídicas	(4.794.138)	(3.212.986)
Honorários advocatícios	(990.860)	(776.687)
Outras despesas	(406.637)	(251.196)
	<b>(23.570.965)</b>	<b>(17.457.555)</b>

30. Outras despesas operacionais, líquidas:

	2023	2022
Locação de equipamentos (a)	(7.815.310)	(6.874.552)
Aluguéis	(173.680)	(277.226)
Impostos e taxas municipais	(1.273.844)	(1.202.981)
Arquivos e guardas de documentos	(499.941)	(462.425)
Despesas legais/fiscais/parafiscais	(250.265)	(259.716)
Uniformes/E.P.I.	(601.276)	(261.543)
Segurança e vigilância	(2.969.557)	(2.449.854)
Inventários nos estoques	(54.536)	(244.275)
Ornamentação e paisagismo	(138.971)	(113.048)
Outras Despesas	(3.492.886)	—
Outras receitas operacionais	—	1.863.725
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(17.270.266)</b>	<b>(10.281.896)</b>

(a) Refere-se a locação de equipamentos em geral, não relacionados a

31/12/2023

Passivos financeiros

não derivativos

	Fluxo de caixa contratuais					
	Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	06 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	28.058.398	28.058.398	28.058.398	—	—	—
Outras Contas a Pagar	1.889.564	1.889.564	1.889.564	—	—	—
<b>Total</b>	<b>29.947.962</b>	<b>29.947.962</b>	<b>29.947.962</b>	—	—	—

31/12/2022

Passivos financeiros

não derivativos

	Fluxo de caixa contratuais					
	Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	06 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	20.026.350	20.026.350	20.026.350	—	—	—
Outras Contas a Pagar	1.036.089	1.036.089	1.036.089	—	—	—
<b>Total</b>	<b>21.062.439</b>	<b>21.062.439</b>	<b>21.062.439</b>	—	—	—

(ii) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco do Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

**Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.787.588	10.344.608
Recursos financeiros vinculados a projetos	5	61.518.892	37.567.078
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	3.180.752	5.543.120
Créditos diversos	8	10.489.538	2.909.814
		<b>94.976.770</b>	<b>56.364.620</b>

**Instrumentos financeiros "Não derivativos":** Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

**Shirley Chohfi Cury Zarzur**  
Presidente do conselho de administração do Instituto

**Carolina Lastra**  
Diretora Executiva

**Cláudio Augusto Generoso**  
Gerente Financeiro e Contábil

**Rildo Ancigan de Siqueira**  
Contador - CRC 1PE020957/O-0 T SP

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não

contribuições sociais, tais como contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição PIS/PASEP. **ISS sobre a receita (ISSQN):** O Instituto é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre os seus serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. A administração obteve a declaração de imunidade da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob nº 2022-000426/CR03, Prefeitura de Jundiá através do processo administrativo nº 587-8/2022-1, Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, mediante requerimento nº 12573/2022, para o exercício de 2022. **Renúncia fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto de 2016, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2023 e de 2022. O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos: IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica); CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza); COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias; ITCMD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens ou direitos). O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do artigo 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos, aplicado sobre os contratos de gestão Estadual e Municipal. Muito embora exista orientação disposta no parecer nº 223/2013/EHSN/COLEGGIS/COGEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, desconhecendo estas rubricas da base de cálculo, assim como as receitas com doações, receitas de locações de espaços, repasses da mantenedora e reembolsos de despesas, por não representarem prestação de serviço em vídeo, adicionalmente informamos abaixo o cálculo como se devido fosse. Vide nota explicativa nº 26 Outras receitas.

	2023	2022
Receita dos contratos de gestão - Estadual	355.834.275	272.954.027
Receita dos contratos de gestão - Municipal	76.266.622	62.607.541
Receita dos contratos de gestão	<b>432.100.897</b>	<b>335.561.568</b>
ISS 2%	8.642.018	6.711.231
PIS 0,65%	2.808.656	2.181.150
COFINS 3%	12.963.027	10.060.847
<b>ISS/PIS/COFINS (estimativa)</b>	<b>24.413.701</b>	<b>18.959.229</b>
Déficit (superávit) do exercício	27.386.185	14.741.896
<b>IRPJ e CSLL 34% (estimativa)</b>	<b>9.311.303</b>	<b>5.012.245</b>
Receita com doações	5.729.849	2.318.809
<b>ITCMD (4%) (estimativa)</b>	<b>229.194</b>	<b>92.752</b>
<b>Total das estimativas e principais renúncias (20%) Conforme inciso I do artigo 8º da Lei 12.101/2009</b>	<b>33.954.198</b>	<b>24.064.226</b>

	2023	2022
<b>Receitas próprias</b>	<b>5.911.128</b>	<b>5.054.653</b>
Receita dos contratos de gestão	5.911.128	5.054.653
ISS 2%	118.223	101.093
PIS 0,65%	38.422	32.855
COFINS 3%	177.334	151.640
	<b>333.979</b>	<b>285.588</b>

**Déficit (superávit) do exercício**  
IRPJ e CSLL 34%  
**Total das estimativas e principais renúncias** **2.072.501** **1.738.061**

**35. Isenção de INSS cota patronal:** Em 18 de setembro de 2023, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 180, deferimento de Renovação do CEBAS do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês, com sede em São Paulo (SP): O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo; Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; Considerando a competência prevista no artigo 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e Considerando o Parecer Técnico nº 266/2023 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.138728/2021-77, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Artigo 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês, CNPJ nº 09.538.688/0001-32, com sede em São Paulo (SP). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de setembro de 2021 a 20 de setembro de 2024. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do artigo 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2023 e 2022 e as respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

	2023	2022
Pessoal e encargos	219.900.942	184.985.095
<b>Total da estimativa de isenção (Consolidado) INSS cota patronal (27,16%)</b>	<b>59.725.096</b>	<b>50.241.952</b>
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Pessoal e encargos	17.476.054	14.718.957
<b>Total da estimativa de isenção (Somente Matriz) INSS cota patronal (27,16%)</b>	<b>4.746.496</b>	<b>3.997.669</b>

**36. Transações que não envolveram caixa:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Entidade recebeu bens provenientes do Contrato de gestão junto à Secretaria Estadual de Saúde, para gestão do Hospital Regional de Registro, celebrado em primeiro de abril de 2023, sendo imobilizado R\$ 9.630.206, conforme apresentado na nota explicativa 7 e R\$ 378.131 de intangível (não apresentado em Nota explicativa), portanto, não foi refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Aos Conselheiros e Diretores do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos

tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras do Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS**

distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2024

**ERNST & YOUNG**  
Audidores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519/O  
**Fabio Henrique Rontani Fonseca**  
Contador CRC-SP292795/O



**FAST Engenharia e Montagens S.A.**

CNPJ: 56.095.862/0001-08

**Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022** (Em milhares de reais)

**Relatório da Diretoria: Prezados Senhores:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022. Os resultados financeiros são informados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e auditadas pela empresa Rengi Trevor Auditores Independentes S/S. São Paulo, 30 de Abril de 2024. A diretoria encontra-se à disposição dos srs. acionistas para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado do Exercício					
Exercícios findos em 31 de dezembro				Exercícios findos em 31 de dezembro					
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado			
2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022		
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	11.225	10.520	14.521	12.684	Fornecedores	2.073	1.790	3.263	2.618
Contas a receber de clientes	24.779	13.994	33.348	16.149	Empréstimos e financiamentos	3.380	3.728	3.409	3.728
Estoques	-	-	3.702	3.869	Obrigações trabalhistas	5.463	3.239	5.912	3.354
Tributos a recuperar	4.176	5.580	5.302	7.416	Obrigações tributárias	4.136	1.153	6.542	1.181
Créditos diferidos	4.893	6.177	6.840	9.489	Adiantamento de clientes	-	-	447	-
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>45.073</b>	<b>36.271</b>	<b>63.713</b>	<b>49.607</b>	Contas a pagar	3.817	852	4.081	2.570
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>					
Partes relacionadas	1.902	1.700	-	-	Direito de uso a pagar	892	-	892	-
Depósitos judiciais	1.189	463	1.189	463	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>19.761</b>	<b>10.762</b>	<b>24.546</b>	<b>13.451</b>
Tributos diferidos	-	-	1.111	456	<b>Patrimônio líquido</b>				
Outras contas a receber	2.878	2.414	2.880	2.416	Fornecedores	-	-	687	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>5.969</b>	<b>4.577</b>	<b>5.180</b>	<b>3.335</b>	Direito de uso a pagar	2.692	-	2.692	-
<b>Total do ativo</b>	<b>126.158</b>	<b>102.052</b>	<b>131.559</b>	<b>104.605</b>	Empréstimos e financiamentos	3.074	6.550	3.075	6.550
					Tributos diferidos	11.914	11.072	11.914	11.072
					Provisão para demandas judiciais	866	690	866	690
					Provisão para investimento descoberto	72	136	-	-
					Contas a pagar	1.983	1.517	1.983	1.517
					<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>20.601</b>	<b>19.965</b>	<b>21.217</b>	<b>19.829</b>
					<b>Patrimônio líquido</b>				
					Capital social	55.000	55.000	55.000	55.000
					Reserva de lucros	30.796	16.325	30.796	16.325
					<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>85.796</b>	<b>71.325</b>	<b>85.796</b>	<b>71.325</b>
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>126.158</b>	<b>102.052</b>	<b>131.559</b>	<b>104.605</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro** (Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros a realizar	Ajustes Acumulados de Conversão - CTA	Lucros Acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>30.000</b>	<b>1.337</b>	<b>36.303</b>	<b>(346)</b>	<b>-</b>	<b>67.294</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.070	6.070
Distribuição de lucros	-	-	(5.329)	-	-	(5.329)
Constituição de reserva legal	-	304	-	-	(304)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	3.154	-	3.154
Aumento do capital	25.000	-	(25.000)	-	-	-
Outros movimentos	-	-	135	-	-	135
Transferência para retenção de lucros	-	-	5.767	-	(5.767)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>55.000</b>	<b>1.641</b>	<b>11.876</b>	<b>2.808</b>	<b>-</b>	<b>71.325</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.687	23.687
Distribuição de lucros	-	-	(6.550)	-	-	(6.550)
Constituição de reserva legal	-	1.184	-	-	(1.184)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(2.666)	-	(2.666)
Transferência para retenção de lucros	-	-	22.503	-	(22.503)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>55.000</b>	<b>2.825</b>	<b>27.829</b>	<b>142</b>	<b>-</b>	<b>85.796</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas Resumidas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022**

**1. Contexto operacional:** A Fast Engenharia e Montagens S.A. ("Companhia") foi constituída em 1986, com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, depósito em Araçariquama/SP, filiais no exterior, em Lima - Peru, Buenos Aires - Argentina, Santiago - Chile, Assunção - Paraguai e Milão - Itália. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de engenharia de acesso; locação de bens móveis; empreitadas; organização de eventos; construções e edificações, administração de obras na construção civil, no setor industrial e petróleo e gás, fornecendo estruturas tubulares, plataforma de trabalho aéreo; montagens industriais e obras de natureza eletromecânica. Atuando também como integrador, gerenciador e executor de projetos de construções de estruturas provisórias e/ou temporárias para os mais variados setores, gerenciando projetos, executando os serviços de montagem e desmontagem, no Brasil e no exterior. **Bases de elaboração e Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia foram aprovadas pela diretoria em 22 de abril de 2024. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como, foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela International Accounting Standard

Board (IASB). **Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado de acordo com o princípio da competência de exercícios. As receitas da venda de produtos e serviços são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto e serviço são transferidos, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de serviços prestados são reconhecidas por meio das medições de serviços à medida que eles forem incorridos. **Operações descontinuadas:** Em 28 de setembro de 2022, a empresa Fast Engenharia e Montagens S.A. transferiu por venda a totalidade das ações que possuía de sua controlada, subsidiária integral, Fast Transportes Verticais Indústria e Comércio S.A., que a partir daquele momento sob a nova administração passou a denominar-se Equipave SP Comércio e Locação de Equipamentos S.A. Embora as transações entre empresas controladas tenham sido eliminadas integralmente dos resultados consolidados, a administração optou por destacar os efeitos líquidos das transações entre as operações continuadas e descontinuadas na apresentação das demonstrações financeiras, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico "CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada". **Capital Social:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, representado por 55.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**Diretoria**  
Antonio Domingos Fasolari - Diretor  
Tatiana Fasolari - Diretora  
Mauro Mitsuo Koga - Contador - CRC 1SP222259/O-4

**Opinião:** As demonstrações financeiras resumidas, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as respectivas notas explicativas são derivadas das demonstrações financeiras auditadas da Fast Engenharia e Montagens S.A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras resumidas acima são consistentes, em todos os aspectos relevantes, com as demonstrações financeiras auditadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Demonstrações financeiras resumidas:** As demonstrações financeiras resumidas não contemplam todas as divulgações requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, a leitura das demonstrações financeiras resumidas e o respectivo relatório do auditor não substituem a leitura das demonstrações financeiras auditadas e o respectivo relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras resumidas e as demonstrações financeiras auditadas não refletem os efeitos de eventos que ocorreram após a data do nosso relatório sobre as demonstrações financeiras auditadas. **Demonstrações financeiras auditadas e respectivo relatório do auditor:** Expressamos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fast Engenharia e Montagens S.A em nosso relatório com data de 26 de

abril de 2024. Essas demonstrações financeiras encontram-se disponíveis na sede da Companhia. **Responsabilidade da administração da companhia sobre as demonstrações financeiras resumidas:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras resumidas, de acordo com critérios coerentes em relação às respectivas informações expressas nas demonstrações financeiras auditadas e que apresentem um nível de compreensão apropriado. **Responsabilidade do auditor:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião, se essas demonstrações resumidas são consistentes, em todos os aspectos relevantes, com as demonstrações financeiras auditadas com base em nossos procedimentos, que foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas de Auditoria específicas para a Emissão de Relatório sobre Demonstrações Financeiras Resumidas.

São Paulo, 29 de abril de 2024.

**RENGI TREVOR**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP031.172/O-1  
**Marcos Roberto Evangelista**  
Contador CRC 1SP218.803/O-5

Demonstração do Resultado do Exercício			
Exercícios findos em 31 de dezembro			
Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
Receita operacional Bruta	215.866	70.469	238.125
Impostos incidentes e outras deduções	(6.924)	(4.426)	(8.124)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>208.942</b>	<b>66.043</b>	<b>230.001</b>
Custos dos serviços e produtos	(164.406)	(47.001)	(176.122)
<b>Resultado bruto</b>	<b>44.536</b>	<b>19.042</b>	<b>53.879</b>
Despesas administrativas, comerciais e tributárias	(12.433)	(11.294)	(17.682)
Equivalência patrimonial	1.825	(342)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.850)	3.468	(3.593)
<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras</b>	<b>30.078</b>	<b>10.874</b>	<b>32.604</b>
Despesas financeiras	(2.120)	(1.647)	(2.762)
Receitas financeiras	2.527	1.063	665
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>407</b>	<b>(584)</b>	<b>(2.097)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>30.485</b>	<b>10.290</b>	<b>30.507</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(5.956)	-	(5.956)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(842)	(2.401)	(864)
<b>Lucro do período proveniente de operações em continuidade</b>	<b>23.687</b>	<b>7.889</b>	<b>23.687</b>
<b>Operações Descontinuadas</b>			
Resultado líquido de operações descontinuadas	-	(1.819)	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>23.687</b>	<b>6.070</b>	<b>23.687</b>
<b>Lucro Líquido do exercício por ação do capital social no fim do exercício - R\$</b>	<b>0,43</b>	<b>0,11</b>	<b>0,43</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração do resultado abrangente**

Exercícios findos em 31 de dezembro			
Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	23.687	6.070	23.687
Outros resultados abrangentes	(2.666)	3.154	(2.666)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>21.021</b>	<b>9.224</b>	<b>21.021</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro			
Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
<b>Das atividades operacionais</b>	<b>23.687</b>	<b>6.070</b>	<b>23.687</b>
Lucro Líquido do exercício	23.687	6.070	23.687
<b>Ajustes por:</b>			
Depreciações e amortizações	1.926	2.040	2.442
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciações e amortizações	(49)	(59)	(49)
Provisão para demandas judiciais	176	444	176
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	467	-
Equivalência patrimonial	(1.825)	342	-
Provisão para investimento descoberto	(64)	(164)	-
Tributos diferidos	842	2.401	187
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	740	1.074	740
Valor residual do imobilizado baixado	1.570	5.221	2.191
<b>27.003</b>	<b>17.836</b>	<b>29.374</b>	<b>18.430</b>
<b>Aumento e/ou redução em ativos e passivos</b>			
Contas a receber de clientes	(10.785)	(11.241)	(17.199)
Estoques	-	-	167
Tributos a recuperar	1.404	(611)	2.114
Créditos diversos	820	(5.672)	2.185
Partes relacionadas	(202)	13.316	-
Depósitos judiciais	(726)	(20)	(726)
Fornecedores	283	413	1.332
Obrigações trabalhistas	2.224	1.787	2.558
Obrigações tributárias	3.032	1.041	5.410
Adiantamento de clientes	-	-	447
Contas a pagar	3.563	2.096	2.109
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>26.616</b>	<b>18.945</b>	<b>27.771</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Investimentos em controladas	(235)	(6.117)	-
Lucros recebidos - Filial Perú	-	9.191	-
Aquisições para o ativo imobilizado e intangível	(11.896)	(7.634)	(12.184)
<b>(12.131)</b>	<b>(4.560)</b>	<b>(12.184)</b>	<b>(7.648)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Distribuição de lucros	(6.550)	(5.329)	(6.550)
Ajustes de conversão - CTA	(2.666)	3.154	(2.666)
Empréstimos e financiamentos	(4.564)	(3.974)	(4.534)
Outras movimentações	-	135	-
<b>(13.780)</b>	<b>(6.014)</b>	<b>(13.750)</b>	<b>(7.685)</b>
Equivalência patrimonial - Operações descontinuadas	-	1.819	-
Reversão provisão para investimento descoberto - Operações descontinuadas	-	(11.389)	-
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>705</b>	<b>(1.199)</b>	<b>1.837</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa No início do exercício</b>	<b>10.520</b>	<b>11.719</b>	<b>12.684</b>
<b>No final do exercício</b>	<b>11.225</b>	<b>10.520</b>	<b>14.521</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>705</b>	<b>(1.199)</b>	<b>1.837</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

